

**AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE E  
INCLUSÃO DA BIBLIOTECA DO IFSUL - CÂMPUS  
SAPUCAIA DO SUL: PROJETO BIBLIOTECA ACESSÍVEL**

**EVALUATION OF THE CONDITIONS OF ACCESSIBILITY  
AND INCLUSION OF THE IFSUL LIBRARY - CÂMPUS  
SAPUCAIA DO SUL: ACCESSIBLE LIBRARY PROJECT**

**EVALUACIÓN DE LAS CONDICIONES DE ACCESIBILIDAD  
E INCLUSIÓN DE LA BIBLIOTECA DE IFSUL - CÂMPUS  
SAPUCAIA DO SUL: PROYECTO DE BIBLIOTECA  
ACCESIBLE**

Giovanna Tedesco Ramos<sup>1</sup>  
Vanessa Levati Biff<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo avaliar as condições de acessibilidade e inclusão da biblioteca do Instituto Federal Sul-rio-grandense - câmpus Sapucaia do Sul para o atendimento de pessoas com deficiência. Trata-se de um recorte da pesquisa de iniciação científica "Biblioteca Acessível". Realizou-se uma pesquisa exploratória de cunho descritivo, e de abordagem mista, por meio de revisão de literatura e pesquisa de campo. A coleta de dados ocorreu por meio do instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas disponibilizado pela Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários (2018). As conclusões estão direcionadas para a melhoria na acessibilidade da biblioteca.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Inclusão. Bibliotecas.

**Abstract:** This paper aims to evaluate the conditions of accessibility and inclusion of the library of the Instituto Federal Sul-rio-grandense - Sapucaia do Sul câmpus to serve people with disabilities. This is a section of the undergraduate research project "Accessible Library". It was carried out an exploratory research of descriptive nature, and mixed approach, through literature review and field research. Data were collected using the instrument for the evaluation of accessibility conditions in libraries made available by the Brazilian Federation of Library Associations (2018). The conclusions are directed towards the improvement in library accessibility.

**Keywords:** Accessibility. Inclusion. Libraries.

---

<sup>1</sup> Aluna do Curso Técnico em Eventos Integrado ao ensino médio. Instituto Federal Sul-rio-grandense - câmpus Sapucaia do Sul. Bolsista de iniciação científica. <https://orcid.org/0000-0002-6664-3864>. E-mail: [giovannatramos@gmail.com](mailto:giovannatramos@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Especialista em Gestão de Bibliotecas Escolares pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade de Caxias do Sul. Bibliotecária-documentalista no Instituto Federal Sul-rio-grandense - câmpus Sapucaia do Sul. <https://orcid.org/0000-0003-0868-5123> E-mail: [vanessalbiff@gmail.com](mailto:vanessalbiff@gmail.com)

**Resumen:** El presente artículo tiene como objetivo evaluar las condiciones de accesibilidad e inclusión de la biblioteca del Instituto Federal Sul-rio-grandense - câmpus Sapucaia do Sul para la atención de personas con discapacidad. Es una sección de la investigación de iniciación científica "Biblioteca Acessível". Se realizó una investigación exploratoria de carácter descriptivo, y de abordaje mixta, mediante revisión de literatura e investigación de campo. La recolección de datos ocurrió a través del instrumento de evaluación de las condiciones de accesibilidad en bibliotecas puesto a disposición por la Federación Brasileña de Asociaciones de Bibliotecarios (2018). Las conclusiones se dirigen a la mejora de la accesibilidad de la biblioteca.

**Palabras-clave:** Accesibilidad. Inclusión. Bibliotecas.

Submetido 31/01/2023

Aceito 27/06/2023

Publicado 25/08/2023

## Introdução

Em termos constitucionais, o Decreto nº 6.949/09 resguarda a liberdade de acesso por pessoas com deficiência<sup>3</sup> (PcD) ou necessidades específicas a qualquer instituição (BRASIL, 2009), implicando sua efetivação nos ambientes de incentivo à leitura, cultura e educação. Sendo assim, a acessibilidade age como método de inserir pessoas que, por diversas barreiras, são colocadas, em geral, à margem dos ambientes públicos.

Inserida no sentido da acessibilidade, a inclusão na perspectiva de instituições de ensino se faz de relevante presença, uma vez que o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) assegura que todo indivíduo deve contar com um ambiente escolar capaz de atender às suas necessidades. A biblioteca, enquanto instituição guardiã de bens públicos de cultura e leitura, deve estar preparada para contemplar as especificidades de todo indivíduo que queira exercer seu direito de acesso à informação. É demandado, portanto, que não só o ambiente escolar, mas as demais instituições vinculadas apresentem meios de tornar acessível o usufruto de todos os espaços e serviços disponíveis.

De acordo com o Censo Escolar 2021, o percentual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns tem aumentado gradualmente para a maioria das etapas de ensino (BRASIL, 2021). Deste modo, se torna objetivo da biblioteca, enquanto órgão de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, ser capaz de administrar seu ambiente, realizar transformações, adquirir produtos e desenvolver serviços diferenciados a fim de atender à heterogeneidade das pessoas com deficiência física, motora, intelectual ou sensorial para tornar-se um ambiente democrático.

Diante deste cenário, a Biblioteca do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) - câmpus Sapucaia do Sul desenvolveu o projeto de pesquisa “Biblioteca Acessível” com o objetivo de elaborar estratégias inclusivas e acessíveis que possam contribuir de forma consistente na inclusão do público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, sobretudo no acesso à leitura, cultura, informação, por meio das atividades e serviços oferecidos pela biblioteca. O projeto foi submetido e aprovado no Edital PROPESP Nº 09/2022

---

<sup>3</sup> Para a escrita deste artigo, foi utilizado o termo “pessoas com deficiência”, denominação referendada pela legislação em sua maioria. A sigla PcD (pessoas com deficiência), assim como suas derivações, foram abrangidas, mantendo o zelo pelas nomenclaturas consideradas adequadas e respeitadas.

para apoio financeiro e bolsas a projetos de pesquisa e inovação do IFSul, é coordenado pela bibliotecária, e conta com uma bolsista de iniciação científica do ensino médio integrado.

A biblioteca é um órgão de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo IFSul - câmpus Sapucaia do Sul, e tem por finalidade disponibilizar fontes de informação em diferentes suportes, visando contribuir para o desenvolvimento profissional, científico, tecnológico e cultural dos usuários. Atualmente, possui 581,74 m<sup>2</sup>, seu acervo físico é composto por 8.484 títulos e 18.738 exemplares, e também conta com um acervo digital contendo mais de 15 mil títulos.

A biblioteca atende um público estimado de mais de 1.500 usuários vinculados aos cursos de nível técnico integrado ao ensino médio, superiores, de pós-graduação (lato e stricto sensu), de Educação de Jovens e Adultos (EJA), cursos de qualificação profissional, além dos servidores docentes e técnicos-administrativos. A biblioteca também é aberta à comunidade externa, a qual pode consultar o acervo e usufruir de sua infraestrutura. O empréstimo de materiais bibliográficos é condicionado aos usuários com vínculo institucional.

Este artigo, fruto do recorte da pesquisa citada, discorre sobre os conceitos de acessibilidade e inclusão aplicados às bibliotecas, bem como a legislação e o panorama histórico referente ao assunto, e tem como objetivo apresentar os resultados obtidos na pesquisa realizada sobre as condições de acessibilidade e de inclusão da biblioteca do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul para o atendimento de pessoas com deficiência.

### **Referencial Teórico**

Foi a partir da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, disposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1975, que entrou em discussão o quanto as pessoas com deficiência estariam subordinadas à margem da sociedade, impossibilitadas de exercerem sua cidadania e seus direitos por barreiras mais tarde entendidas como obstáculos na relação entre o indivíduo com deficiência e os produtos da sociedade.

No ano de 2007, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência conceitua termos importantes para a pauta, descrevendo pessoas com deficiência como:

[...] aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de

condições com as demais pessoas. (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2008, p. 21).

Acessibilidade, nesse sentido, atua como a supressão ou apagamento das barreiras que impedem as pessoas com deficiência de usufruírem dos bens públicos. A Lei nº 13.146 define acessibilidade por:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015).

O Brasil possui histórico de ser signatário das convenções e determinações da ONU, incorporando a evolução das discussões globais na legislação federal. Partindo da Constituição Federal de 1988, que afirma direito das pessoas com necessidades educacionais especiais à educação, a acessibilidade toma forma com a promulgação da Lei Federal nº 10.098, nomeada Lei da Acessibilidade, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade e nos meios de transporte e de comunicação para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000). A Lei da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), nº 13.146 de 2015, age assegurando o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por uma pessoa com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015), e dentre eles o direito ao acesso à informação, comunicação e leitura.

Em relação ao cenário das bibliotecas, foram estabelecidas normas que determinam aspectos do espaço e serviço dessas instituições. A Norma Brasileira 9050:2020 apresenta características de edificações, espaços, equipamentos e mobiliários (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020), enquanto a Norma Brasileira 15599:2008 explicita critérios para uma comunicação e prestação de serviços acessíveis, guiando o “[...] uso pelos prestadores de serviço que buscam o atendimento à demanda das pessoas com dificuldades na comunicação, potencial mercado, e a legislação pertinente em vigor.” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008, p. 5).

Além disso, é de interesse das bibliotecas atender aos objetivos do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), disposto no Decreto nº 7.559/11. Este prevê, em seu Art. 1º, “§ 1º a democratização do acesso ao livro” e que “§ 2º As ações, programas e projetos do PNLL serão implantados de forma a viabilizar a inclusão de pessoas com deficiência, observadas as condições de acessibilidade” (BRASIL, 2011). Percebe-se que o acesso de PcD à literatura e suas vertentes é requisito para a fundamentação dos objetivos igualitários e de caráter democrático do PNLL. As bibliotecas, devem não somente atender ao que é solicitado, mas fomentar e engajar-se nas discussões sobre o tema da acessibilidade.

O direito ao conhecimento é constitucionalizado e as literaturas e informações disponíveis nas bibliotecas são bens públicos, ou seja, estão na instituição para serem acessados, lidos e compreendidos. As bibliotecas no ambiente da escola possuem ainda a característica de serem recursos complementares à prática educativa, afinal é por meio da leitura que o indivíduo exerce não somente seu direito à informação, mas à aprendizagem.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 23,9% da população brasileira possui algum tipo de deficiência (seja ela visual, auditiva, intelectual, física ou múltipla). Privar essa parcela do acesso à informação é tanto subordiná-la a uma posição de exclusão social, quanto limitá-la do usufruto de materiais determinantes para o desenvolvimento individual e coletivo das PcD.

Uma biblioteca acessível preocupa-se com o quão livre e irrestrito é o alcance de seus produtos e serviços, e o quanto ela opera a favor ou contra as desigualdades sociais no contexto das diferenças entre as pessoas. Esta adaptação deve passar pela supressão das barreiras excludentes vigentes na programação da sociedade, definidas pelo Decreto nº 5.296/04 como:

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício se deus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança. (BRASIL, 2004, sem paginação).

Deste modo, se incide a relevância de uma biblioteca plenamente acessível para que as pessoas com e sem deficiência tenham plena autonomia no uso dos serviços e dos seus espaços, tornando a biblioteca também inclusiva. A inclusão, por sua vez, é descrita por Sasaki (2002) como:

[...] o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. [...] um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos.” (SASSAKI, 2002, p. 21).

Para esse processo, contextualiza-se o conceito de biblioteca acessível como sendo um ambiente que está apto “para acolher a maior variedade de público possível para as suas atividades, com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população”. (PUPO, MELO, FERRÉS, 2008, p. 36).

Como método para conferir e implementar aparatos físicos e sociais acessíveis, Sasaki (2002) categoriza a acessibilidade nas seguintes dimensões, descritas com exemplos ambientados no contexto das bibliotecas: arquitetônica (sem barreiras físicas, com áreas adequadamente dimensionadas e corredores com medidas acessíveis etc.), comunicacional (sem barreiras na comunicação interpessoal, escrita, virtual, no atendimento entre bibliotecário e usuário, nos serviços prestados de empréstimos etc.), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação; implementação de capacitação dos usuários, atividades de orientação acessível etc.), instrumental (sem barreiras em instrumentos, ferramentas, utensílios; computadores acessíveis, impressora braille, leitores de tela, lupas etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas; regulamentos acessíveis, inclusão nas ações culturais e científicas etc.) e atitudinal (sem preconceitos e discriminações nos comportamentos da sociedade para com pessoas com deficiência; postura do bibliotecário de acolhimento e instrução às PcD, disponibilidade de funcionário intérprete de surdo-cegos etc.).

Portanto, para que o atendimento e acolhimento de todos os cidadãos às bibliotecas seja adequado, devem ser tratados com inspeção seus aspectos em sua totalidade.

### **Acessibilidade à informação**

A maior característica das bibliotecas é atuar como fonte de informação, sendo o seu acervo sua principal fonte de subsistência. Portanto, devem admitir em suas dependências estruturas que sejam capazes de difundir a informação para todos, uma vez que a acessibilidade na informação é assegurada no capítulo VI do Decreto nº 5.296/04. (BRASIL, 2004).

Os critérios descritos por Sasaki (2002), embora abrangentes e realistas, não contemplam todas as especificidades dos locais a serem frequentados por pessoas com deficiência. É estipulado, então, o conceito de acessibilidade informacional, definido como quando “a informação está disponível para o uso de maneira que possa ser facilmente entendida e conhecida por qualquer pessoa, seja ela ouvinte, surda, deficiente visual, idosa, deficiente físico” (MEZZARI, 2015, p. 61). Acervos acessíveis, por sua vez, de acordo com o Manual Orientador de Fortalecimento de Bibliotecas Acessíveis e Inclusivas:

[...] são aqueles que incluem livros e outros materiais com recursos de acessibilidade (livros em braille, em tinta e braille, audiolivros, livros digitais bilíngues Português/Libras etc.) que possibilitam o acesso ao livro e à leitura para pessoas com deficiência e também são úteis para outros grupos, como os neoleitores. (MAIS DIFERENÇAS, 2016, p. 110).

Com os avanços tecnológicos da era moderna, as bibliotecas reformularam sua gestão da informação, mas é necessário que essa evolução abranja meios de tornar acessível o alcance aos materiais, com critérios e protocolos idealizados a partir da proposta de poderem ser utilizados e entendidos por qualquer pessoa. Assim, a informação chegará onde e em quem deve chegar.

### **Acessibilidade atitudinal**

Conforme a acessibilidade passou a abranger dimensões mais amplas do que mobiliário e arquitetura, reconheceu-se que mais do que dar às PcD espaços adequados, é necessário que sejam enfrentadas barreiras de comportamento. Sasaki (2006) descreve a sociedade que pratica a acessibilidade atitudinal como aquela que não apresenta “preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações” (SASSAKI, 2006, p. 69). Para isso:

[...] é preciso que nos tornemos pessoas acessíveis e inclusivas, ou seja, fazer uma revisão de nossas atitudes e mudá-las, tendo como foco principal a ideia de que todas as pessoas têm direitos e deveres em uma sociedade democrática e que ninguém deve ser excluído por qualquer razão que seja. (PUPO; MELO; FERRÉS; 2006, p. 14).

A Lei Brasileira de Inclusão evidencia que alimentar a acessibilidade atitudinal implica ir contra qualquer discriminação em razão da deficiência, definida como:

§ 1º [...] toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. (BRASIL, 2015).

Diante de bibliotecas cujo preparo dos servidores não abarca saber lidar com as diferenças dos usuários e com o respeito aos direitos, à liberdade e às garantias das PcD, é de suma importância que ocorra essa capacitação. Isso porque, como fonte de incentivo à cultura e à leitura, a instituição torna-se ponto estratégico para fomentar e disseminar a prática da acessibilidade.

O manual sobre tecnologias assistivas para bibliotecas acessíveis, divulgado pela Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência do governo de São Paulo, explicita que, para a implantação da acessibilidade atitudinal, o bibliotecário deve estar preocupado em situar a inclusão enquanto eixo estratégico do plano de trabalho; elaborar estratégias de comunicação e produção de conteúdo para PcD; aprimorar os processos; e implementar ações acessíveis de atendimento às PcD, embasando atitudes que visem a acessibilidade nas políticas de empréstimos, circulação, etc. (SÃO PAULO, 2015, p. 28).

### **Acessibilidade comunicacional**

A comunicação é descrita como sendo:

[...] as línguas, a visualização de textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados e os dispositivos de multimídia acessível; assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis.” (BRASIL, 2015)

A comunicação é direito de todo cidadão. O Poder Público compromete-se, a partir da Lei nº 10.098, na “eliminação de barreiras na comunicação” e afirma que, como dever,

[...] estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer” (BRASIL, 2000).

É com tal propósito de inclusão que a acessibilidade comunicacional se faz relevante, pois é a partir da comunicação que o desenvolvimento das relações sociais e o acesso aos bens públicos é possível.

Sasaki (2002) define a acessibilidade comunicacional como:

Acessibilidade comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para se comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital). (SASSAKI, 2006, p. 68).

A acessibilidade comunicacional se diferencia da atitudinal em relação aos conhecimentos necessários para praticá-la. Enquanto esta última trata do comportamento e da postura dos cidadãos diante das PcD, a primeira reúne as iniciativas de tornar a interação, os diálogos, as conversas, as instruções, as sinalizações acessíveis e compreensíveis a todas as pessoas. O bibliotecário que possui interesse em inovar seu espaço de trabalho para torná-lo mais inclusivo está praticando a acessibilidade atitudinal; o bibliotecário que aprende Libras para comunicar-se com os usuários ou investe em sinalização tátil para a biblioteca está praticando a acessibilidade comunicacional.

Em relação ao cenário das bibliotecas, a acessibilidade comunicacional é imprescindível para a interação entre indivíduos com deficiência e bibliotecários ou ambiente, evitando desorientação e falta de compreensão de ambas as partes sobre localização de setores ou procedimentos, por exemplo.

Dessa maneira, torna-se papel da biblioteca incorporar diversos tipos de comunicação em seu espaço, da forma mais adequada possível, para torná-la um local no qual todos poderão desenvolver-se a partir da linguagem e da cultura.

### **Aspectos Metodológicos**

Diante dos conceitos expostos, buscou-se realizar um estudo para avaliar as condições de acessibilidade e de inclusão da biblioteca do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul para o atendimento de pessoas com deficiência.

Para o alcance dos objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa exploratória-descritiva, com abordagem mista, por meio de revisão de literatura e pesquisa de campo. De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória visa familiaridade com o problema de modo mais explícito, enquanto a pesquisa descritiva pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade. O uso combinado de abordagens de pesquisa qualitativa e quantitativa tem por objetivo aprofundar a compreensão dos resultados.

O campo de análise desta investigação foi a Biblioteca do Instituto Federal Sul-rio-grandense - câmpus Sapucaia do Sul, onde contemplou-se acervo, serviços, equipe e espaço físico e digital. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um roteiro de diagnóstico, elaborado com base no instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas, disponibilizado pela Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários (2018). Ao todo, 302 itens foram verificados. O instrumento foi construído pela Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários (FEBAB), a partir do trabalho de Nicoletti (2010) e das normas brasileiras NBR 9050:2020 e NBR 15599/2008, com o objetivo de ajudar as bibliotecas - independentemente de sua tipologia (escolar, pública, especializada, universitária, comunitária, entre outras) - a se transformarem em espaços acolhedores e inclusivos para todas as pessoas (sem considerar raça, credo, posição socioeconômica, por exemplo) e, principalmente, para aqueles cuja mobilidade física e/ou condições intelectuais ou psíquicas sejam diferentes do padrão.

A aplicação do roteiro de diagnóstico da acessibilidade em bibliotecas passou por adaptação a fim de contemplar as especificidades da biblioteca do câmpus. As categorias de estacionamento, carpete e escadas, por exemplo, foram imediatamente marcadas como “não se aplica”. Quando não estavam totalmente em concordância com o item do instrumento de avaliação, os aspectos eram marcados como “parcialmente atendidos”.

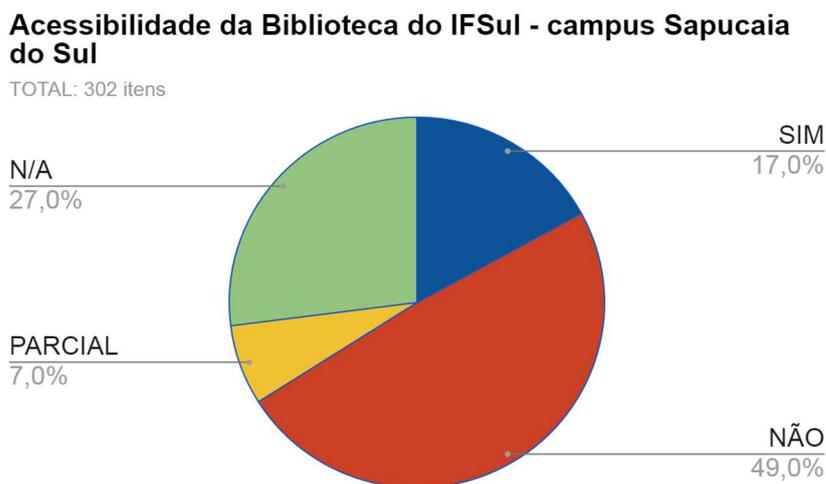
Os dados coletados foram analisados e reunidos em categorias, baseadas em Sasaki (2002) e Nicoletti (2010), sendo elas: arquitetônica, comunicacional, informacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. A análise dos dados destacou os aspectos positivos e negativos de cada categoria analisada, com base no aporte teórico e metodológico utilizado.

A partir dos dados sistematizados, foi possível identificar o serviço prestado e as barreiras encontradas pelas pessoas com deficiência na Biblioteca do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul.

## Resultados e Discussões

Com base nos dados coletados a partir do instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas, disponibilizado pela Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários (2018), 302 itens foram analisados. Constatou-se que, na Biblioteca do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul, 17% deles é atendido plenamente, 7% parcialmente, 49% não é atendido e 27% não se aplica, conforme apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Quadro geral das condições de acessibilidade da Biblioteca do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A seguir, apresenta-se o detalhamento dos dados coletados e da avaliação das condições de acessibilidade e de inclusão da biblioteca do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul para o atendimento de pessoas com deficiência, pelas perspectivas de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, informacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Os pontos positivos e negativos foram verificados e destacados em cada categoria analisada.

a) Aspectos arquitetônicos

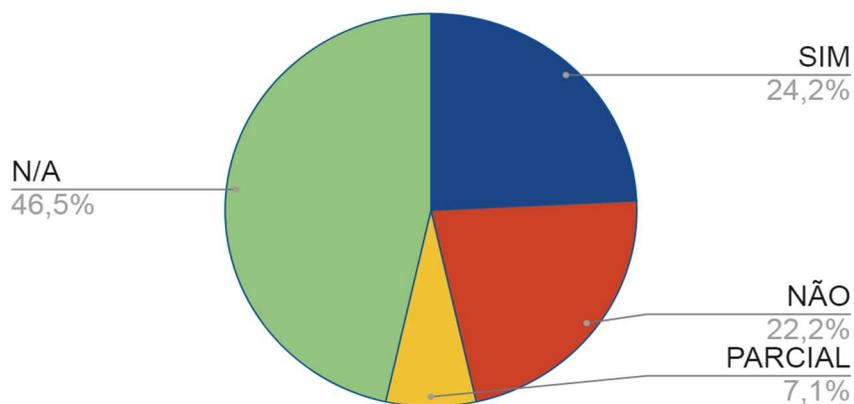
A perspectiva arquitetônica busca identificar barreiras físicas que impedem ou dificultam a livre circulação das pessoas com deficiência, apresentando uma “importante dimensão simbólica no processo de inclusão, cuja mensagem é de acolhimento e receptividade a todos”. (MAIS DIFERENÇAS, 2016, p. 52). Para isso, analisamos aspectos relacionados ao entorno da edificação (transporte, estacionamento, rota acessível), à estrutura interna da biblioteca (pisos, corredores, sanitários), e também ao mobiliário e equipamentos, representando ao todo 152 itens analisados.

O gráfico 2 apresenta que 24% desses itens não é atendido plenamente, 7% parcialmente, 22% não é atendido e 46% não se aplica.

Gráfico 2 - Acessibilidade Arquitetônica

**2. Acessibilidade Arquitetônica**

TOTAL: 152 itens



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Como pontos positivos, destacam-se a organização interna dos ambientes e o espaço amplo com muitas áreas livres para circulação com cadeira de rodas. O acesso da biblioteca é livre de escadas e degraus, é desobstruído e a circulação é contínua. As portas, assim como os armários, os corredores e a distância entre as estantes, possuem medidas adequadas e acessíveis. Os espaços para leitura apresentam dimensões adequadas para a movimentação de pessoas com acessórios de mobilidade, com mesas confortáveis e acessíveis. O balcão de atendimento está em rota acessível e possui trecho com altura própria para pessoas em cadeiras de rodas. A biblioteca possui sanitário adaptado e em local acessível.

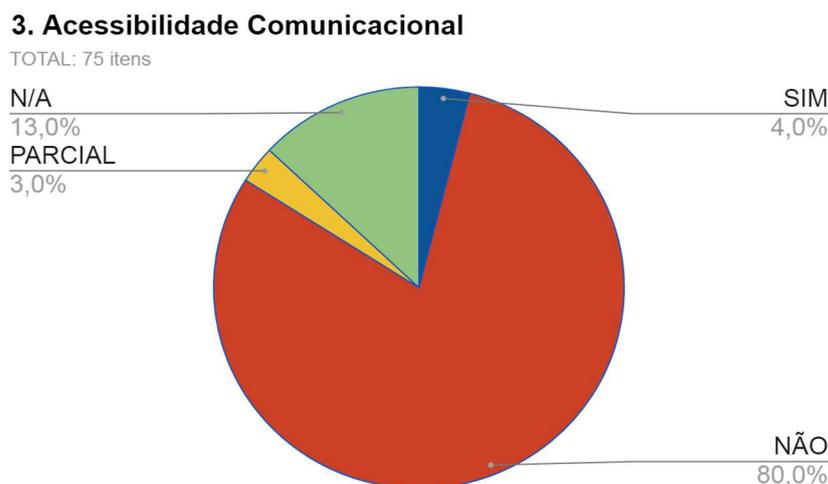
Como pontos negativos destacam-se a falta de manutenção do piso parquet - que em algumas regiões não está fixo no chão - e de sinalização nos desníveis e interferências na calçada no entorno da biblioteca. O piso da biblioteca não é antiderrapante ou opaco, e a iluminação, cores e contraste entre paredes, pisos, portas e maçanetas não é feita visando a percepção das pessoas com baixa visão. Por fim, a disposição dos livros nas estantes não respeita a altura considerada confortável para todos.

b) Aspectos comunicacionais

Os aspectos comunicacionais são os que buscam a interação adequada entre biblioteca e usuário, priorizando a boa compreensão acerca do ambiente e dos serviços e produtos oferecidos. Dessa forma, utiliza-se da comunicação e da informação como forma de eliminar barreiras no espaço e recursos da instituição. (SÃO PAULO, 2015). Analisamos a presença de sinalizações visuais, táteis e sonoras no espaço da biblioteca, além do emprego de símbolos internacionais de informação. Foram analisadas as orientações disponíveis nas entradas de salas, nas estantes e lombadas de livros, no balcão de atendimento e nos sanitários, totalizando 75 itens analisados.

O gráfico 3 apresenta que 4% desses itens são atendidos plenamente, 3% parcialmente, 80% não são atendidos e 13% não se aplicam.

Gráfico 3 - Acessibilidade Comunicacional



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Como pontos positivos, destacam-se as sinalizações visuais informativas presentes na entrada, nas portas de espaços específicos, nos sanitários acessíveis e na rota de fuga, indicando horário de funcionamento e função de cada sala dentro da biblioteca e auxiliando os usuários a se orientarem no ambiente. Todas as sinalizações citadas estão dentro das medidas consideradas acessíveis, com uma altura adequada para a leitura.

Como ponto negativo, destaca-se a inexistência de quaisquer tipos de sinalização tátil e sonora, seja ela de alerta ou direcional, tanto no exterior quanto no interior da biblioteca. Não há sinalização situando o percurso até a entrada, até o corrimão ou até a área de recepção e atendimento ao usuário. Além disso, a biblioteca não apresenta piso tátil. As estantes, tais como as lombadas dos livros, não contam com informações em formato acessível braille ou sinalização visual. Os espaços não são identificados com os símbolos internacionais de informação e, portanto, não há um ambiente que seja atrativo aos olhos da acessibilidade.

#### c) Aspectos informacionais

A acessibilidade informacional procura apresentar meios de oferecer as informações, enquanto serviço e produto da biblioteca, de forma acessível ao usuário. Nessa perspectiva, o desafio é a “democratização do acesso ao livro e à leitura para todos, sem qualquer tipo de discriminação.” (SÃO PAULO, 2015, p. 24). Portanto, analisamos o acervo físico em formato braille e com ampliação de texto e o acervo digital, disponível no catálogo on-line<sup>4</sup> da biblioteca. Verificamos seus formatos processáveis por leitores de tela e conferimos a acessibilidade do site da instituição, da ferramenta de consulta ao acervo e do serviço digital da biblioteca. Reunidos, foram estudados 11 itens ao todo.

O gráfico 4 apresenta que 36% desses itens é atendido plenamente, 19% parcialmente, 45% não é atendido e 0% não se aplica.

---

<sup>4</sup> Disponível em [www.ifsul.edu.br/bibliotecas](http://www.ifsul.edu.br/bibliotecas).

Gráfico 4 - Acessibilidade à informação

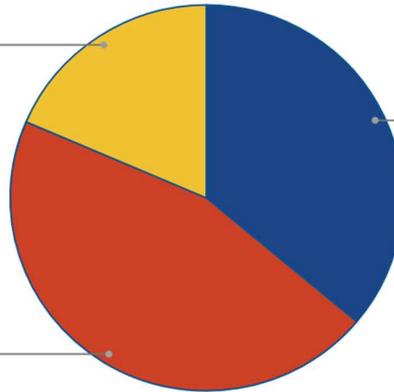
#### 4. Acessibilidade à Informação

TOTAL: 11 itens

PARCIAL  
18,6%

NÃO  
45,4%

SIM  
36,1%



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Como ponto positivo, destaca-se o formato acessível no qual o acervo on-line é disponibilizado, permitindo ser processado por leitores de tela e softwares assistivos. O conteúdo do site da biblioteca condiz com as normas do W3C<sup>5</sup>. O catálogo é informatizado de forma que se possa realizar a ampliação de tela, inversão de cores, além de possuir o atendimento ao usuário para consultas, comentários e orientações. Por fim, as obras físicas contam com alguns exemplares digitais para que as PcD o acessem da maneira mais inclusiva.

Como ponto negativo, realça-se a escassez de acervo em formato ampliado, sonoro e tátil e a falta de obras didáticas que estimulem sensorialmente o usuário. Tal carência de obras se torna mais evidente ainda se contraposta a quantidade de exemplares não acessíveis existentes na biblioteca, chegando a 18 mil obras físicas. Ademais, a biblioteca não deixa disponível seu regulamento em formatos acessíveis e os formulários para a realização de pesquisas, em geral, não são oferecidos em meios alternativos para as PcD.

#### d) Aspectos metodológicos

Os aspectos metodológicos se desdobram acerca dos serviços prestados pela biblioteca ao usuário e o quanto estes são acessíveis e atingem a eficiência que devem. Maruyama,

<sup>5</sup> O Consórcio World Wide Web (W3C) se trata de um consórcio internacional desenvolvedor de padrões para documentos ou sites na Internet, buscando tornar os produtos digitais disponíveis para todos. (Disponível em: <https://www.w3c.br/Sobre/>. Acesso em: 30 jan. 2023.)

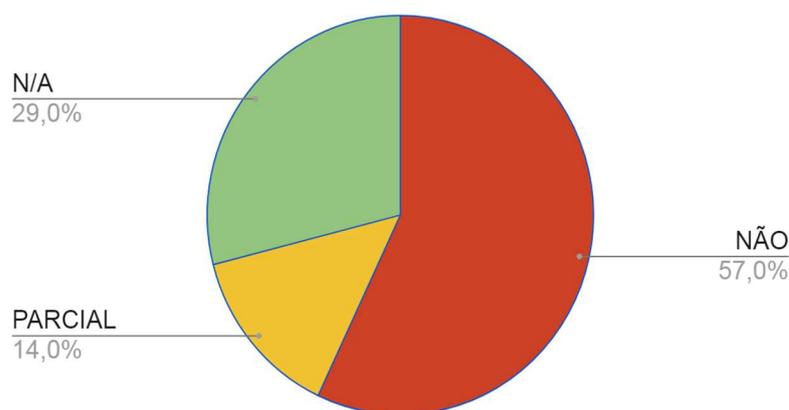
Sampaio e Rehder (2009) defendem que essa dimensão trata de princípios educacionais que possibilitam o acesso ao ensino de forma qualitativa. Para a avaliação da acessibilidade metodológica e dos seus procedimentos pedagógicos, conferimos a inclusão no serviço de referência e informação e nas atividades que a biblioteca desempenha em sua programação aos usuários, totalizando 7 itens conferidos.

O gráfico 5 mostra que 0% desses itens é atendido plenamente, 14% parcialmente, 57% não é atendido e 29% não se aplica.

Gráfico 5 - Acessibilidade Metodológica

**5. Acessibilidade Metodológica**

TOTAL: 7 itens



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Como ponto positivo destaca-se que, embora a biblioteca não possua tutoriais como capacitação para o acesso do acervo digital, há o incentivo e divulgação da plataforma e de suas aplicações de consulta a acervo, obras virtuais etc.

Como ponto negativo destaca-se a falta de um olhar inclusivo e de métodos acessíveis nos serviços de referência e informação, nas atividades de orientação aos usuários em relação a utilização da biblioteca em geral e na orientação à pesquisa e à normatização de trabalhos acadêmicos/escolares, uma vez que esses serviços não são idealizados considerando as diferenças e limitações de todos que frequentam a biblioteca.

e) Aspectos instrumentais

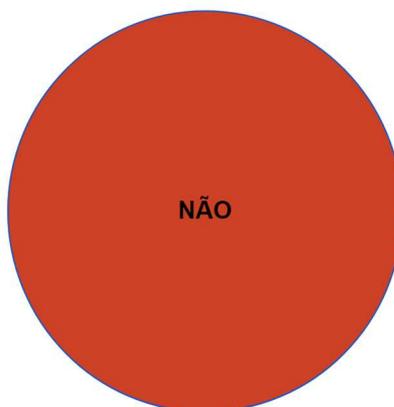
A acessibilidade instrumental se relaciona com a interação dos bibliotecários com as necessidades dos usuários. A partir dessa análise, os profissionais “disponibilizam produtos e serviços existentes, auxiliam e buscam soluções para as diferentes demandas”. (SÃO PAULO, 2015, p. 29). Nesse processo, reúnem-se os aparatos, equipamentos e aparelhos de tecnologia assistiva às PcD que podem ser apresentados aos usuários como facilitadores do seu acesso aos materiais. São exemplos: os computadores com softwares leitores de tela, lupas, régua de leitura, teclados alternativos, mouses adaptados, entre outros. Verificamos a disponibilidade de todos os materiais listados no checklist na biblioteca do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul, apresentando 22 itens.

O gráfico 6 apresenta que 100% desses itens não são atendidos.

Gráfico 6 - Acessibilidade Instrumental

**6. Acessibilidade Instrumental**

TOTAL: 22 itens



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Destaca-se a inexistência de aparatos acessíveis e de tecnologia assistiva, incluindo os aparelhos necessários para que as PcD em sua totalidade possam praticar a leitura. Há falta de computadores em geral e em sua forma acessível - com teclados e mouses alternativos -, de equipamentos para aplicação de textos (como lupas e régua de leitura), de impressora braille, de leitores de tela e de sistemas operacionais que possibilitem a ampliação de tela e contraste de cores.

f) Aspectos programáticos

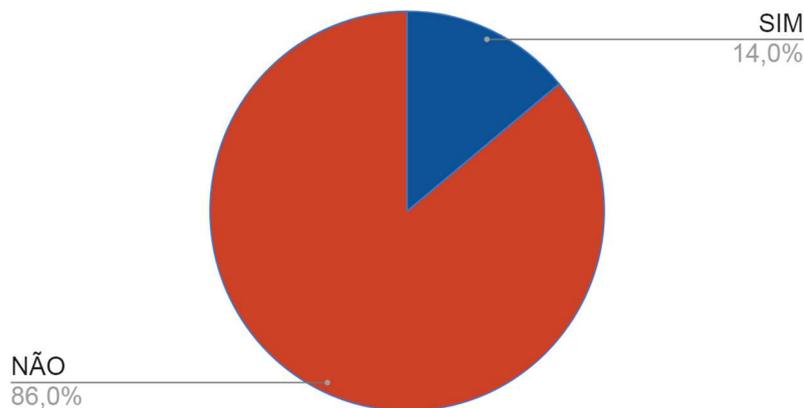
Os aspectos programáticos estão relacionados com o regulamento e as normas da biblioteca, destacando o quanto suas políticas incluem ou excluem as PcD em seus processos de planejamento, supondo sempre a “perspectiva de acesso comum, na mesma atividade ou evento, para pessoas com e sem deficiência”. (SÃO PAULO, 2015, p. 14). Pesquisamos o quanto o regulamento da biblioteca contempla planos orçamentários destinados a tecnologias assistivas, a planejamentos de ações inclusivas e a flexibilidade dos seus serviços para o atendimento dos alunos com deficiência. Ao total, foram avaliados 7 itens.

O gráfico 7 apresenta que 14% desses itens é atendido plenamente, 0% parcialmente, 86% não é atendido e 0% não se aplica.

Gráfico 7 - Acessibilidade Programática

**7. Acessibilidade Programática**

TOTAL: 7 itens



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Como ponto positivo destaca-se a flexibilização das atividades, da equipe e do regulamento da biblioteca para contemplar as necessidades dos usuários.

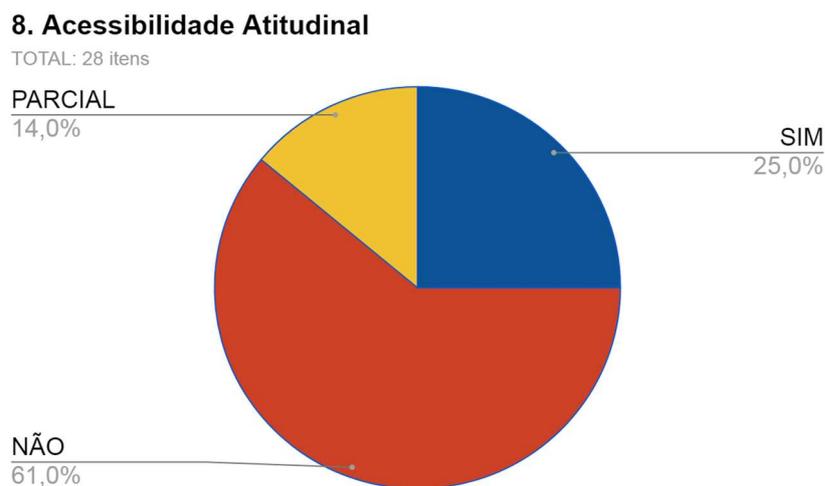
Como pontos negativos destaca-se o fato de que poucas das aquisições para a biblioteca são realizadas considerando PcD, as estratégias traçadas visando um acervo acessível diverso são mínimas e não há plano orçamentário fixo proveniente da instituição mantenedora que contemple a inclusão.

g) Aspectos atitudinais

São aspectos atitudinais aqueles percebidos no comportamento dos bibliotecários, que “devem incorporar, na atuação cotidiana, o compromisso com o atendimento de todas as pessoas”. (SÃO PAULO, 2015, p. 14). Para a coleta dos dados, analisamos a postura e abertura da equipe da biblioteca (composta por duas bibliotecárias, dois auxiliares de biblioteca e um estagiário) em relação a presença de PcD na biblioteca. Suas reações e a disposição em auxiliar os usuários foi importante para o preenchimento do checklist. Ao todo, foram 28 itens relacionados aos aspectos atitudinais.

O gráfico 8 mostra que 25% desses itens é atendido plenamente, 14% parcialmente, 61% não é atendido e 0% não se aplica.

Gráfico 8 - Acessibilidade Atitudinal



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Como ponto positivo destaca-se a postura da equipe da biblioteca, que acolhe as diferenças, estão abertos a serem inclusivos e praticam a acessibilidade atitudinal com naturalidade. Há acompanhamento e orientação a todos os usuários que requisitam auxílio. A biblioteca busca realizar a avaliação dos seus serviços periodicamente por meio de iniciativas em meio físico e/ou virtual, além de manter um registro dos usuários que apresentam algum tipo de deficiência por meio do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) - IFSul câmpus Sapucaia do Sul.

Como pontos negativos destacam-se a falta de capacitação dos bibliotecários para lidar com as barreiras excludentes e a ausência de um funcionário intérprete de Libras ou que escreva em braille. Não há atendimento prioritário regulamentado e os bibliotecários não possuem conhecimento da legislação referente à acessibilidade ou às tecnologias assistivas. Não há iniciativas que objetivem a criação de estratégias a partir de parcerias com órgãos governamentais de apoio às PcD, consultorias, revisão do ambiente ou conscientização dos funcionários e da comunidade.

### **Considerações Finais**

A partir da concepção de acessibilidade e inclusão em ambientes escolares, sobretudo em ambientes de informação, houve a pertinência de uma avaliação dos aspectos da biblioteca do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul, a fim de aprofundar a temática e a execução dos conceitos citados.

Por meio da revisão de literatura, compreendeu-se a constante transformação pela qual a legislação vigente sobre acessibilidade vem passando, sendo complementada por normas oficiais. Não se contendo apenas na esfera arquitetônica, a inclusão vem sendo requisitada no acesso à informação, sendo de interesse das bibliotecas viabilizar ambientes e serviços democraticamente acessíveis. Ademais, as leituras realizadas orientam o estabelecimento de estratégias para tornar a biblioteca do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul mais acessível.

Partindo do objetivo deste trabalho de apresentar os dados referentes a acessibilidade na biblioteca do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul, nos ancoramos em oferecer ao local um olhar inclusivo, seguindo as orientações dadas pela pesquisa exploratória. Com a aplicação do roteiro de diagnóstico checklist, a pesquisa identificou lacunas em todas as categorias analisadas.

No que se refere à acessibilidade arquitetônica, foram analisados os espaços internos e de acesso da biblioteca, constatando uma estrutura parcialmente dentro das normas acessíveis. Contudo, há a necessidade de manutenção do piso parquet nas áreas em que não está bem fixado e da calçada ao redor da instituição, com sinalização referente aos desníveis e interferências.

Em relação a acessibilidade comunicacional, a biblioteca do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul não apresenta comunicação inclusiva, sendo relevante a confecção de piso tátil, o estabelecimento de rotas acessíveis e melhor identificação das obras acessíveis nas estantes, além da disponibilização de informações em braille para os usuários.

No que se refere à acessibilidade da informação, constatou-se a necessidade de uma maior aquisição de obras impressas nos diversos formatos acessíveis para que as PcD possam usufruir da biblioteca sem limitações a exemplares escassos ou apenas ao conteúdo da biblioteca on-line. É indispensável a disponibilização das informações, recados e regulamentos da biblioteca em versão adaptada em braille e para leitores de tela.

Em relação à acessibilidade metodológica, a biblioteca carece de instruções mais amplas e direcionadas para os usuários sobre a utilização dos recursos da biblioteca, consulta ao acervo, orientação à pesquisa, entre outros.

Para uma implementação da acessibilidade instrumental, é necessária a aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva, como computadores, lupas, impressora em braille, mouse adaptado e outros mais, uma vez que a biblioteca, atualmente, não possui tais recursos.

Na perspectiva da acessibilidade programática, a biblioteca demonstra necessitar, essencialmente, de um plano orçamentário fixo destinado a materiais inclusivos. É importante, também, que a instituição busque a acessibilidade e que proponha inovações em suas atividades, abrangendo o público com deficiência a partir de uma programação que considere as limitações dos usuários.

No que se refere à acessibilidade atitudinal, foram avaliados qualitativamente os aspectos atitudinais da equipe da biblioteca, porém, é necessário a conscientização dos bibliotecários e da comunidade sobre o tratamento adequado e informações básicas de comunicação para interação e atendimento das PcD nas bibliotecas.

Conclui-se, então, que a biblioteca oferece um ambiente com arquitetura potencialmente inclusiva, equipe disposta a torná-la um local de acolhimento às PcD e um acervo tornando-se gradativamente acessível. Entretanto, questões orçamentárias e a ausência de comunicação inclusiva precisam ser revistas como aspectos que comprometem o desenvolvimento da instituição em abranger as especificidades de todos os usuários. Contudo, pudemos perceber que a biblioteca do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul se encontra relativamente acessível, precisando de pequenas reparações físicas e um maior engajamento para adaptar seus serviços e transformá-los em inclusivos.

A pesquisa configurou-se como um avanço no desenvolvimento de espaços acessíveis, uma vez que o diagnóstico realizado foi o ponto de partida para aprimorar e criar estratégias que façam a inclusão estar mais perto de ser alcançada.

Com base no diagnóstico realizado, apresentado neste trabalho, se estabeleceu como estratégias a serem desenvolvidas:

- a) Criação de um diretório a ser disponibilizado no Portal das Bibliotecas do IFSul<sup>6</sup> que reunirá materiais e bibliotecas virtuais acessíveis, contribuindo para a melhoria na acessibilidade informacional e o alcance, a divulgação e o incentivo de produtos acessíveis;
- b) Elaboração de um guia de orientações para a acessibilidade atitudinal nas bibliotecas, com a proposta de difundir e conscientizar a comunidade sobre o tratamento com as PcD.
- c) Desenvolvimento e disponibilização de tutoriais acessíveis de acesso à plataforma da biblioteca para que a comunicação entre usuário e bibliotecário possua menos obstáculos e a acessibilidade comunicacional seja incentivada.

Por fim, conclui-se que a biblioteca do IFSul - câmpus Sapucaia do Sul, a partir do diagnóstico das suas condições de acessibilidade e das estratégias traçadas, estará mais próxima da inclusão e de oportunidades de acesso mais justo para todas as pessoas.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15599**: acessibilidade - comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 19 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 12 out. 2022.

---

<sup>6</sup> [www.ifsul.edu.br/bibliotecas](http://www.ifsul.edu.br/bibliotecas)

BRASIL. **Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7559, de 1º de setembro de 2011.** Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm). Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021.** Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf). Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm). Acesso em: 23 fev. 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Cartilha do Censo 2010 - Pessoas com Deficiência.** Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: <https://inclusao.enap.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido-original-eleitoral.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada.** Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: <https://www.ufpb.br/lacesse/contents/documentos/legislacao-internacional/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-2007.pdf/view>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS. **Instrumento de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas (checklist).** 2018. Disponível em: <https://www.acoesfebab.com/checkliston>. Acesso em: 2 abr. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAIS DIFERENÇAS. **Fortalecimento de bibliotecas acessíveis e inclusivas:** manual orientador. São Paulo: Mais Diferenças, 2016.

MARUYAMA, Aparecida Tapia; SAMPAIO, Paulo Ricardo Souza; REHDER, José Ricardo Lima. Percepção dos professores da rede regular de ensino sobre os problemas visuais e a inclusão de alunos com baixa visão. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 68, n. 2, p. 73-75, mar. 2009.

MEZZARI, Vanessa Caroline. **A LIBRAS como elemento de acessibilidade informacional para o surdo no mercado de trabalho**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/37983/R%20-%20D%20-%20VANESSA%20CAROLINE%20MEZZARI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2022.

NICOLETTI, Tamini Farias. **Checklist para bibliotecas**: um instrumento de acessibilidade para todos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, RS, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28114>. Acesso em: 2 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. 1975. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf). Acesso em: 12 out. 2022.

PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: São Paulo, 2006.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Workshop Tecnologia Assistiva na Biblioteca**: Operação e Uso. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/AcessibilidadeemBibliotecasP%C3%BAblicasTecnologia-AssistivanaBiblioteca.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Educação Profissional: Desenvolvendo Habilidades e Competências. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE GESTORES E EDUCADORES, 3, 2006, Brasília. **Anais** [...] Brasília, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.